



2015/2276(INI)

11.4.2016

PARECER

da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

dirigido à Comissão dos Assuntos Externos

sobre as capacidades espaciais para a segurança e a defesa europeias
(2015/2276(INI))

Relator de parecer (*): Marian-Jean Marinescu

(*)Comissão associada – artigo 54.º do Regimento

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia insta a Comissão dos Assuntos Externos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Recorda que a política espacial da União promove o progresso científico e técnico, a competitividade industrial e a execução das políticas da UE, em conformidade com o artigo 189.º do TFUE; recorda que os dois programas emblemáticos da UE – Galileo e Copernicus – são programas civis sob controlo civil e que a sua dimensão europeia tornou possível estes programas e garantiu o seu sucesso;
2. Considera que é necessário prosseguir a execução da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); reitera a necessidade de aumentar a eficácia, a visibilidade e o impacto da PCSD; reafirma a importância e o valor acrescentado da política espacial para a PCSD, na medida em que as capacidades espaciais se tornaram uma parte essencial das políticas de defesa e segurança dos Estados-Membros e, por conseguinte, da sua soberania; considera que o espaço deve ser incluído nas futuras políticas da União (por exemplo, segurança interna, transportes, energia, investigação) e que as sinergias no sector do espaço devem continuar a ser reforçadas e exploradas;
3. Solicita à Comissão que identifique sem demora as necessidades da UE relativamente ao potencial contributo da política espacial para a PCSD em todas as principais vertentes: lançamento, posicionamento, imagens, comunicação, meteorologia espacial, detritos espaciais, cibersegurança, interferência, manipulação dos dados e outras ameaças deliberadas, bem como segurança do sector terrestre; considera que as futuras características espaciais dos atuais sistemas europeus devem ser estabelecidas de acordo com as exigências da PCSD e abranger todas as vertentes conexas supramencionadas;
4. Solicita a definição das condições necessárias para sistemas futuros, privados ou públicos, que contribuam para a segurança das aplicações de salvaguarda da vida humana (como o posicionamento, a gestão do tráfego aéreo - ATM) no que diz respeito à proteção contra possíveis ataques à segurança (interferência, manipulação de dados, ciberataques, meteorologia espacial e detritos); considera que tais requisitos de segurança devem ser certificáveis e estar sob a vigilância de uma entidade europeia, tal como a EASA;
5. Sublinha, a este respeito, que o desenvolvimento das capacidades espaciais europeias para a segurança e a defesa europeias deve prosseguir dois objetivos estratégicos fundamentais: a segurança no planeta através da colocação em órbita de sistemas espaciais tecnológicos destinados a vigiar a superfície da Terra, ou a facilitar informações sobre posicionamento, navegação e cronometria ou comunicações por satélite e a segurança no espaço exterior, e a segurança espacial, ou seja a segurança em órbita e no espaço, através de sistemas terrestres e em órbita de conhecimento da situação no espaço;
6. Salienta que os programas espaciais são portadores de benefícios em termos de segurança e de defesa, que se encontram ligados, do ponto de vista tecnológico, a benefícios civis, destacando, neste contexto, a capacidade de utilização dual dos programas Galileo e Copernicus; considera que esta capacidade deve ser plenamente desenvolvida nas próximas gerações, nomeadamente, através da melhoria da precisão, autenticação,

codificação, continuidade e integridade (Galileo); realça que os dados de observação da Terra e os sistemas de posicionamento de alta resolução são sobretudo de utilidade no domínio civil e da segurança, por exemplo nos domínios da gestão de catástrofes, das ações humanitárias, da ajuda aos refugiados, da vigilância marítima, do aquecimento global, da segurança energética e da segurança alimentar mundial, bem como para detetar e dar resposta a catástrofes naturais à escala mundial, designadamente às secas, aos sismos, às inundações e aos incêndios florestais; assinala a necessidade de uma melhor interação entre os veículos aéreos não tripulados e os satélites; solicita que se prevejam recursos suficientes na revisão intercalar para o desenvolvimento futuro de todos os sistemas de satélites;

7. Salienta a existência do serviço público regulamentado (PRS) Galileo, cuja utilização é exclusivamente reservada a utilizadores autorizados pelos governos e que se presta a aplicações sensíveis em que é necessário garantir robustez e total fiabilidade; considera que a capacidade do PRS deve continuar a ser desenvolvida nas próximas gerações, a fim de dar resposta às ameaças em evolução; insta a Comissão a assegurar que os procedimentos operacionais sejam tão eficientes quanto possível, especialmente em caso de crise; salienta a necessidade de continuar a desenvolver e a promover as aplicações baseadas nas capacidades Galileo, nomeadamente aquelas que são necessárias para a PCSD, a fim de maximizar os benefícios socioeconómicos; recorda igualmente a necessidade de reforçar a segurança da infraestrutura Galileo, designadamente o sector terrestre, e convida a Comissão a tomar as medidas necessárias nesse sentido, em cooperação com os Estados-Membros;
8. Sublinha o elevado nível de segurança dos sistemas GNSS da UE; realça a boa execução das tarefas confiadas à Agência do GNSS Europeu, em particular pelo Comité de Acreditação de Segurança e pelo Centro Galileo de Acompanhamento de Segurança; solicita, neste contexto, que os conhecimentos especializados e as infraestruturas de segurança da Agência do GNSS Europeu sejam igualmente utilizadas para o programa Copernicus; solicita que esta questão seja abordada na revisão intercalar dos programas Galileo e Copernicus;
9. Assinala, em especial, a necessidade operacional de, no âmbito do programa Copernicus, obter dados de elevada qualidade da observação da Terra e convida a Comissão a avaliar de que forma esta necessidade poderá ser satisfeita, tendo em conta os requisitos da PCSD; salienta também os progressos verificados, tal como a observação em tempo real e o fluxo contínuo a partir do espaço, e recomenda à Comissão que analise de que forma se poderá beneficiar destes desenvolvimentos, nomeadamente para fins de segurança e de defesa; recorda igualmente a necessidade de reforçar a segurança da infraestrutura Copernicus, designadamente o sector terrestre, bem como a segurança dos dados, e convida a Comissão a tomar as medidas necessárias nesse sentido, em cooperação com os Estados-Membros; chama, além disso, a atenção para a importância de considerar a participação da indústria na gestão das operações Copernicus;
10. Congratula-se com os atuais esforços para assegurar à União Europeia um acesso autónomo às comunicações governamentais por satélite (GOVSATCOM) e convida a Comissão a continuar a fazer progressos relativamente a este dossiê; recorda que a primeira etapa do processo consistiu na identificação das necessidades civis e militares por parte da Comissão e da Agência Europeia de Defesa, respetivamente, e considera que

a iniciativa deve implicar a congregação da procura e ser concebida de modo a responder da melhor forma às necessidades identificadas; insta a Comissão a elaborar, com base nas necessidades e requisitos dos beneficiários, uma avaliação custo-benefício das diferentes soluções:

- a prestação de serviços pelos operadores comerciais,
- um sistema assente nas capacidades atuais, com a possibilidade de integrar capacidades futuras, ou
- a criação de novas capacidades através de um sistema específico;

convida, neste contexto, a Comissão a abordar a questão da propriedade e da responsabilidade; observa que, qualquer que seja a decisão final, toda e qualquer nova iniciativa deverá ser do interesse público e beneficiar a indústria europeia (fabricantes, operadores, lançadores e outros sectores da indústria); considera que as GOVSATCOM também devem ser consideradas como uma oportunidade para reforçar a competitividade e a inovação, tirando vantagem do desenvolvimento de tecnologias duais num contexto extremamente competitivo e dinâmico, como o que caracteriza o mercado das comunicações por satélite; salienta a necessidade de reduzir a recurso a fornecedores de equipamentos e serviços extracomunitários;

11. Destaca o desenvolvimento do sistema europeu de vigilância e localização espaciais (SST) como uma boa iniciativa de cooperação espacial e um passo em prol da segurança no espaço; exorta ao ulterior desenvolvimento das suas próprias capacidades SST como uma prioridade da União para proteger a economia, a sociedade e a segurança dos cidadãos e no domínio das capacidades espaciais para a segurança e a defesa europeias; considera que o SST deve tornar-se um programa da UE com um orçamento próprio, assegurando que os fundos para projetos em curso não sejam reduzidos; considera igualmente que a UE deve desenvolver uma capacidade de Conhecimento da Situação no Espaço (SSA) mais global, caracterizada por mais capacidades preditivas, que abranja a vigilância do espaço, bem como a análise e a avaliação de potenciais ameaças e riscos para as atividades espaciais; exorta, por conseguinte, a Comissão a tomar como base o SST, desenvolvendo um conceito SSA mais vasto que permita dar resposta às ameaças deliberadas contra o sistema espacial e, em cooperação com a ESA, a ter em conta a meteorologia espacial e os objetos próximos do planeta Terra e a necessidade de investigação em sistemas tecnológicos para a prevenção e eliminação de detritos espaciais; considera que a coordenação global das atividades espaciais deve ser possível sem prejudicar a liberdade de utilização do espaço; convida a Comissão a examinar a possibilidade de permitir que o sector privado desempenhe um papel importante no desenvolvimento e na manutenção das componentes do sistema SST que não sejam sensíveis, podendo, neste contexto, a estrutura de governação bilateral do Galileo servir de exemplo;
12. Sublinha a necessidade de desenvolver políticas e capacidades de investigação, a fim de criar novas aplicações e desenvolver uma indústria europeia competitiva, capaz de ter sucesso comercial num ambiente económico saudável;
13. Assinala a importância estratégica de um acesso independente ao espaço e a necessidade de uma ação específica da UE, nomeadamente em matéria de segurança e de defesa, uma vez que esta capacidade permitiria à Europa aceder ao espaço em caso de crise; insta a

Comissão, em colaboração com a ESA e os Estados-Membros, a:

- coordenar, a partilhar e a desenvolver os projetos previstos no domínio espacial e os mercados europeus, de modo a que a indústria europeia possa antecipar a procura (em benefício do emprego e da indústria sediada na Europa) e gerar a sua própria procura em termos de utilização orientada para as empresas;
- apoiar as infraestruturas de lançamento; e
- promover a I&D, também através do instrumento das parcerias público-privadas, especialmente em tecnologias de ponta;

considera que estes esforços são necessários para permitir que a Europa seja competitiva no mercado mundial de lançamento; considera ainda que a UE deve assegurar-se de que dispõe de uma forte base tecnológica no domínio do espaço e das capacidades industriais necessárias para poder conceber, desenvolver, lançar, operar e explorar sistemas espaciais, que vão desde a autonomia tecnológica e a cibersegurança a considerações relacionadas com a oferta;

14. Salaria que é necessário criar o quadro regulamentar e estratégico adequado, a fim de dar à indústria os impulsos e os estímulos que a levem a prosseguir o desenvolvimento tecnológico e a investigação em matéria de capacidades espaciais; solicita que sejam assegurados os fundos necessários para a investigação relacionada com o espaço nos domínios acima referidos; regista o papel importante que o programa Horizonte 2020 pode desempenhar para ajudar a reduzir a dependência da UE em termos de tecnologias espaciais críticas; recorda, neste contexto, que a componente «Espaço» do programa Horizonte 2020 integra a prioridade «Liderança Industrial», enquadrando-se, nomeadamente, no âmbito do objetivo específico «Liderança em tecnologias facilitadoras e industriais»; considera, por conseguinte, que o programa Horizonte 2020 deve ser utilizado para apoiar a base tecnológica espacial e as capacidades espaciais industriais europeias; solicita à Comissão que, no âmbito da avaliação intercalar do Programa-Quadro Horizonte 2020, tenha suficientemente em conta as tecnologias espaciais críticas para a segurança e a defesa;
15. Salaria que, no que respeita ao futuro financiamento dos programas espaciais europeus, seria desejável determinar os casos em que será possível recorrer a formas de parceria público-privadas;
16. Salaria a importância estratégica de que se reveste o estímulo da inovação e da investigação espaciais para a segurança e a defesa; reconhece o grande potencial das tecnologias espaciais críticas, como o sistema europeu de transmissão de dados, que permite a observação da Terra contínua e em tempo real, a criação de mega-constelações de nanosatélites e, por último, a criação de uma capacidade espacial flexível; sublinha a necessidade de tecnologias inovadoras no domínio dos grandes volumes de dados para explorar plenamente o potencial dos dados espaciais para a segurança e a defesa; convida a Comissão a integrar estas tecnologias na Estratégia Espacial para a Europa;
17. Identifica os perigos da ciberguerra e das ameaças híbridas para os programas espaciais europeus, tendo em conta que a manipulação dos dados ou as interferências podem perturbar as missões militares ou ter implicações de grande alcance para a vida quotidiana

na Terra; considera que a cibersegurança exige uma abordagem conjunta da UE, dos Estados-Membros, das empresas e dos especialistas em Internet; insta, por conseguinte, a Comissão a incluir programas espaciais nas suas atividades de cibersegurança;

18. Salaria que é necessário uma melhor coordenação das capacidades espaciais da UE, desenvolvendo as necessárias arquiteturas de sistemas e os procedimentos para garantir um nível adequado de segurança, incluindo a segurança de dados; convida a Comissão a elaborar e a promover um modelo de governação para cada sistema de prestação de serviços em matéria de segurança e defesa; considera que as capacidades espaciais da UE consagradas à segurança e à defesa deveriam ser geridas por um centro de coordenação de serviços operacionais específico (Centro de Comando e de Controlo, como referido no programa de trabalho do Horizonte 2020 para 2014-2015), a fim de fornecer um serviço integrado aos utilizadores finais; considera que, por razões de eficiência de custos, tal deveria, se possível, ser integrado num dos organismos da UE existentes, como a Agência do GNSS Europeu, o Centro de Satélites da UE ou a Agência Europeia de Defesa, tendo em conta as capacidades já disponibilizadas por esses organismos;
19. Considera que é necessário reforçar a coordenação dos sistemas espaciais utilizados de uma forma fragmentada pelos diferentes Estados-Membros para satisfazer as diferentes necessidades nacionais, por forma a poder antecipar o mais rapidamente possível uma perturbação das diferentes aplicações, como, por exemplo, na Gestão do Tráfego Aéreo (ATM);
20. Reconhece, simultaneamente, os benefícios da cooperação internacional em matéria de segurança no domínio do espaço com os parceiros fiáveis da UE.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR
PARECER**

| | |
|--|---|
| Data de aprovação | 7.4.2016 |
| Resultado da votação final | +: 41 -: 11 0: 5 |
| Deputados presentes no momento da votação final | Bendt Bendtsen, Xabier Benito Ziluaga, David Borrelli, Reinhard Bütikofer, Jerzy Buzek, Edward Czesak, Philippe De Backer, Peter Eriksson, Fredrick Federley, Theresa Griffin, Roger Helmer, Hans-Olaf Henkel, Kaja Kallas, Krišjānis Kariņš, Seán Kelly, Jeppe Kofod, Janusz Lewandowski, Paloma López Bermejo, Ernest Maragall, Edouard Martin, Csaba Molnár, Nadine Morano, Angelika Niebler, Morten Helveg Petersen, Miroslav Poche, Carolina Punset, Herbert Reul, Paul Rübig, Algirdas Saudargas, Jean-Luc Schaffhauser, Neoklis Sylikiotis, Antonio Tajani, Dario Tamburrano, Claude Turmes, Vladimir Urutchev, Kathleen Van Brempt, Martina Werner, Anna Záborská, Flavio Zanonato, Carlos Zorrinho |
| Suplentes presentes no momento da votação final | Amjad Bashir, Michał Boni, Eugen Freund, Françoise Grossetête, Benedek Jávor, Jude Kirton-Darling, Werner Langen, Marian-Jean Marinescu, Marisa Matias, Sorin Moisă, Clare Moody, Dominique Riquet, Massimiliano Salini, Maria Spyraiki, Anneleen Van Bossuyt |
| Suplentes (art. 200.º, n.º 2) presentes no momento da votação final | Momchil Nekov, Jana Žitňanská |